APROVADA HAVOR 165 MAIDRIA CONTRA 19

XVII Congresso Nacional da ANAFRE

Moção apresentada por Céline Gaspar, Presidente da Junta da União das Freguesias de

Monte Redondo e Carreira, Concelho de Leiria.

Cancelamento de todos os contratos de concessão em vigor para prospeção e potencial exploração de hidrocarbonetos em Portugal

O Distrito de Leiria encontra-se a braços com a luta contra a exploração de gás no Concelho de Leiria, na Freguesia da Bajouca, e no Concelho de Alcobaça, na Freguesia de Aljubarrota. Numa altura em que as alterações climáticas têm fustigado, de forma significativa, este distrito e, em particular, o Concelho de Leiria, consideramos que é evidente que as prioridades no uso e no investimento têm que ser, obrigatoriamente, em energias renováveis.

Recordemos os efeitos devastadores dos incêndios no Pinhal de Leiria e em Pedrógão Grande cuja dimensão só pode ser justificada pelo clima atípico que se registou naquela altura. Logo em seguida sofremos graves danos com a Tempestade Leslie que, naturalmente, se justifica com as alterações climáticas evidentes.

Iniciar novas explorações de hidrocarbonetos, neste momento, é um contrassenso em relação a tudo o que são medidas e prioridades ambientais que têm sido proclamadas quer a nível nacional, quer europeu e mundial. A coerência deve ser transversal e nada paga a qualidade de vida das pessoas e muito menos o futuro das nossas gerações.

Se o nosso país proclama a linha da frente na descarbonização da economia tendo como meta o ano 2050 para esse objetivo, devemos todos trabalhar nesse sentido e corrigir erros que terão sido assumidos recentemente. Estes contratos de concessão de exploração de hidrocarbonetos não devem ser mantidos e a prioridade deve ser, imediatamente, o seu cancelamento. Todos os riscos presentes e futuros que este tipo de exploração pode significar para as populações locais têm de ser totalmente dizimados. A mudança das fontes não renováveis é absolutamente necessária para garantir um desenvolvimento sustentável. As metas são ambiciosas como sabemos e

também dependem da mudança do comportamento de cada um de nós, no entanto tudo o que esteja ao nosso alcance na prática deve ser, sem dúvida, um objetivo de primeira instância.

Reforço a necessidade de coerência nas decisões e os compromissos assumidos no Acordo de Paris que nos obrigam a tomar medidas locais e nacionais para concretizar uma efetiva redução de gases com efeito de estufa na atmosfera e, assim, termos sucesso nas ações que pretendem travar as alterações climáticas no nosso planeta. Todos temos a nossa responsabilidade nesta batalha e nós, enquanto poder local e mais próximo das populações, temos de forçar as nossas entidades governamentais a travar qualquer investimento que vá contra estes objetivos.

As populações que estão, hoje, a travar esta luta são rurais e cuja qualidade de vida e a paisagem que as rodeia é o que de melhor temos no nosso país. Preservar a ruralidade característica das nossas aldeias é fundamental para respeitar a natureza e assim travar as alterações climáticas. Quanto mais naturais mantermos os nossos territórios mais certos estaremos do seu futuro. O desenvolvimento industrial tem, de facto, de respeitar esta ruralidade e ser cada vez mais "verde" na sua atuação. O caminho do futuro é este e mais nenhum.

Os projetos de sondagem de pesquisa de hidrocarbonetos onshore na Bacia Lusitânica, em Alcobaça (Freguesia de Aljubarrota) e Pombal (que em concreto se localiza na Freguesia Bajouca, Leiria), a cargo da empresa australiana Australis, Oil & Gas, não assegura questões de vital importância, nomeadamente a garantia de que não há contaminação dos aquíferos que abastecem as populações, além de se integrarem numa a área de grande sensibilidade arqueológica, bem como a grande proximidade a sítios e áreas protegidas, nomeadamente as Serras de Aire e Candeeiros colocando em causa os valores culturais e ambientais da região. Atividades económicas como a pesca, a agricultura e o turismo podem também ser negativamente afetadas.

Assim, propõe-se que a Associação Nacional de Freguesias defenda, junto do Governo, o cancelamento imediato deste contrato estabelecido com a Australis, Oil & Gas. e

represente as preocupações da população destas Freguesias, em particular, da região e do país, em geral, no que respeita a estes tipo de investimento.

É fundamental impedir qualquer licença ou intenção de prospeção de hidrocarbonetos no nosso território, pois a opção energética deve ser renovável e sustentável. Todos nós temos a responsabilidade de contribuir para um futuro mais resiliente face às alterações climáticas e contamos com a ANAFRE para estar ao lado das Freguesias e dos cidadãos.

_1° Subscoitaca

Portimão, 25 de janeiro de 2020

(Céline Moreira Gaspar)

Subscrita por:

The Destate State State of the State of State of Silver Service State of State of Silver Service Service of Se